



GT 57. Migrações e Deslocamentos

Coordenador(es):

Natália Corazza Padovani (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Este GT, proposto no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, visa reunir trabalhos que reflitam sobre diferentes “regimes de mobilidades”. Migrações e deslocamentos são objeto de processos de diferenciação vinculados a assimetrias e “localizações sociais”. Categorias como “permanência e mobilidade” são tensionadas nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. Exílios, expulsões e deslocamentos forçados são contrastados com imaginários sobre turismo e cosmopolitismo. Migrações e deslocamentos, assim, podem ser analisados frente ao modo como “viagens” e “refúgios”, por exemplo, diferenciam pessoas frente a categorizações de raça, gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, geração, entre outras, as quais enredam práticas e normativas de segurança e proteção dos territórios e estados nacionais. Nos interessam trabalhos que examinem a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais. A intenção é abranger pesquisas realizadas a partir de temas voltados para as várias formas de deslocamentos e “regimes de mobilidades” através de fronteiras, que podem ou não ser transnacionais. Consideramos que o deslocamento entre fronteiras das cidades, bem como urbanas, ou “rurais e urbanas”, podem trazer elementos etnográficos e analíticos ao debate proposto.

Post-Conflito na Colômbia: Agroecologia e Re-Campesinização no município do Cairo no estado do Vale do Cauca.

Autoria: Alejandro Escobar Hoyos (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte), O work de pesquisa conta com um documentário feito na comunidade do Cairo o qual narra os acontecimentos do deslocamento forçado, o docume

Colômbia nos mostra como um povo que viveu uma guerra interna, violência e deslocamento segue adiante. A partir de 1960 foram criados vários grupos armados ou guerrilhas como as FARC-EP, o ELN e o EPL que se opunham às políticas governamentais e aos projetos do Estado. O panorama do confronto armado piorou nas décadas seguintes ao surgimento de grupos paramilitares de extrema direita, vinculados também aos cartéis do narcotráfico. Entre 2012 y 2016, se apresentou uma Mesa de diálogo entre o governo da Colômbia e as FARC-EP, onde os acontecimentos que afeta ao povo refletiram uma diminuição e um alívio humanitário em muitas zonas do país, onde se tem a presença histórica e o controle deste grupo armado. Mas depois de afirmar acordo de paz em novembro de 2016, o que se viu foi uma deterioração da situação humanitária com a reaparição dos deslocamentos massivos, assassinatos de líderes sociais, comunitários, ativistas ambientalistas e defensores de direitos. Entre o primeiro de janeiro de 2016 e vinte de maio do 2019, 837 líderes sociais e defensores de direito humanos e ex-combatentes de FARC-EP foram assassinados no território nacional colombiano. O conflito histórico deixou até setembro de 2018 mais de oito milhões de pessoas deslocadas, sendo o país com mais deslocados internos no mundo. Inclusive antes da assinatura dos acordos de Paz, desde 2006, o governo nacional tinha implementado diferentes programas e iniciativas para garantir a restituição de terras para a população deslocada que já somava milhões de camponeses, negros e indígenas. No município do Cairo no Estado do Vale do Cauca, por exemplo, houve um interessante processo de re-campesinização que já tem dez anos e que foi implementado com grupos de famílias que foram deslocados forçadamente de diferentes estados da Colômbia. Essa experiência é uma das iniciativas que, a



pesar dos seus inconvenientes, é bem-sucedida. É o processo de Re-campesinização dos deslocados na comunidade do Cairo é de interessa para indagar e entender como foi o processo de ?voltar ao campo?, e as dinâmicas que se derivaram no novo convívio entre famílias antes desconhecidas entre si. Re-campesinização e entendido como o processo de luta social por maior autonomia e sustentabilidade e que, no caso da comunidade estudada, tomaram a agroecologia como bandeira do processo produtivo. Assim, também é de interessa analisar de que forma as práticas agroecológicas são parte de uma proposta de sociedade defendida por essas famílias e sua contribuição na defesa de territórios e comunidades tradicionais na busca por soberania e segurança alimentar. Nesse sentindo, é importante entender a relação dos camponeses com a terra e a historia de vida do acontecido com o deslocamento forçado e violência interna na Colômbia.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: